

Comunicado de Imprensa

Entre 11 e 12 de Setembro de 2013 foi organizado, em Bissau, pela Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau (RESSAN-GB) e o Programa Descentralizado de Segurança Alimentar e Nutricional nas Regiões da Guiné-Bissau II (PDSA) o **Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, sob co-financiamento da União Europeia, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e algumas organizações da RESSAN-GB.

Esperava-se, em **geral**, com este primeiro Fórum, **contribuir para respostas aos desafios sociais, económicos e agro-alimentares**, apontando soluções locais e ao nível nacional, partindo da concertação, articulação e trabalho em rede das Organizações da Sociedade Civil (OSC) guineenses que trabalham para a concretização do **Direito Humano à Alimentação Adequada**. Em **particular**, pretendeu-se **realizar uma reflexão crítica** sobre desafios e oportunidades em diferentes domínios da Soberania e SAN na Guiné-Bissau que possa **orientar e congregar a intervenção da Sociedade Civil** neste quadro.

Neste Fórum participaram representantes de **87 Organizações guineenses da Sociedade Civil, 4 Organizações Não Governamentais internacionais e 4 Parceiros Técnico-financeiros** intervenientes na Guiné-Bissau em domínios relacionados com a Segurança Alimentar e Nutricional. O Fórum contou também com a participação de representantes do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN), da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN) e da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP), na qual tem enquadramento a RESSAN-GB.

A análise e discussão foi estruturada em três painéis: Painel 1: Estado da Segurança Alimentar na Guiné-Bissau; Painel 2: Acesso à Alimentação e Qualidade dos Alimentos e Painel 3: Organização da Sociedade Civil para a Promoção da Segurança Alimentar.

Os Painéis 1 e 2 foram organizados em Grupos Temáticos de discussão, cujas conclusões preliminares enformaram o debate em Plenária em torno de **seis eixos**: Questões Produtivas e Organizacionais; Aspectos Ligados aos Mercados; Aspectos Políticos; Educação do Consumidor; Informação dos Produtos; e Alimentação Materno-Infantil.

No quadro do Painel 3, inteiramente conduzido em Plenária, foi analisado, mais em pormenor, o **papel da sociedade civil na promoção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional**, o qual já vinha sendo abordado de forma transversal nas discussões anteriores. Neste âmbito, destacou-se a apresentação e discussão da visão, valores e modelo da RESSAN-GB e foram partilhadas experiências nacionais e regionais no quadro da CPLP, incluindo os principais desafios que se colocam à concretização do intento comum de uma *“realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e respeito pela soberania nacional”*¹.

Tendo contado com uma excepcional e permanente participação activa dos convidados, a discussão encetada no Fórum permitiu a confrontação de ideias e o lançamento do rastilho para discussões futuras, assumida que era a impossibilidade de encerrar, num encontro de dois dias, o debate sobre uma realidade tão multifacetada e complexa como a da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau.

No entanto, ao longo das diferentes sessões, foram, também, alcançados alguns **denominadores comuns para endereçar as principais problemáticas e potencialidades associadas à Segurança Alimentar e Nutricional no País**.

As **principais conclusões** alcançadas durante o Fórum são, assim, apresentadas em **anexo ao presente Comunicado**, e *instam-se as Organizações de Sociedade Civil participantes a tê-las em consideração em prol*

¹ Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

Financiadores



Parceiros



Patrocinadores



Centre Culturel
Franco-Bissau-Guinéen



Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Bissau | 11 e 12 de Setembro 2013



do reforço e melhoria das respectivas acções no quadro da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau.

Por forma a garantir uma disseminação mais alargada da análise e reflexão crítica efectuada no quadro do Fórum em torno dos diferentes desafios que se colocam à soberania e segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau e, assim, melhor contribuir para uma intervenção responsável da Sociedade Civil neste domínio, coerente com as conclusões alcançadas, serão, mais tarde, publicadas as Actas do Fórum.

O **Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional** foi uma iniciativa da RESSAN-GB e do PDSA, co-financiada pela União Europeia, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e algumas organizações da RESSAN-GB, e desenvolvida em parceria com o Programa de Apoio aos Actores Não Estatais da União Europeia e a Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP.

23 de Setembro de 2013

Pela RESSAN-GB
Os Coordenadores do Secretariado Permanente Provisório
Tomane Camara
Miguel de Barros

Pelo PDSA2-IMVF
A Coordenadora
Carla Carvalho

Financiadores



Parceiros



Patrocinadores



Centre Culturel
Franco-Bissau-Guinéen



Anexo ao Comunicado de Imprensa: Principais Conclusões*

Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança
Alimentar e Nutricional
Bissau | 11 e 12 de Setembro 2013

I. Aspectos de Política Transversais

1. Reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e da necessidade da respectiva salvaguarda através da afirmação da soberania e segurança alimentar e nutricional (SAN) como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento do País;
2. Priorização, para a Guiné-Bissau, de um modelo de desenvolvimento focado na autossuficiência e numa necessária abordagem de mercado valorizadora do empreendedorismo rural e dos produtos agro-alimentares nacionais, em detrimento de um modelo agro-exportador ou de incentivos à importação, salvaguardando, assim, o princípio de soberania alimentar;
3. Necessidade de criação de condições de atractividade para jovens – uma força motora fundamental na actividade agro-alimentar – contrariando o seu êxodo rural;
4. Necessidade de reforço da efectividade e representatividade dos espaços institucionais de diálogo e participação existentes, fortalecendo a concertação de facto e sinergias entre os diferentes actores do sector;
5. Imperativo de um quadro global de Monitoria e Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional, de implementação sustentável, cuja informação permita adequar estratégias às reais prioridades do País e das suas populações e promover, assim, uma maior eficiência, eficácia e impacto das intervenções de desenvolvimento, favorecendo a promoção da autossuficiência e soberania alimentar;

II. Aspectos Produtivos e Organizacionais

6. Papel nuclear da Agricultura Familiar Camponesa (AFC) no contexto do desenvolvimento da Guiné-Bissau e necessidade de um quadro jurídico-institucional e de políticas públicas que clarifique o respectivo conceito e permita o seu fomento;
7. Imperativo de aumento e diversificação da produção agro-alimentar guineense para fazer face às necessidades alimentares e nutricionais do País e necessidade de aprofundamento da discussão por forma a definir estratégias sustentáveis de aumento da produtividade agrícola no quadro do respeito pelos recursos naturais e terras comunitárias, bem como de uma gestão integrada dos solos agrícolas;
8. Necessidade de adopção de políticas e acções tendentes à redução da sobrecarga da Mulher guineense no sistema de produção agro-alimentar;
9. Necessidade de reforço organizativo de produtores e, dentro destes, de grupos particularmente vulneráveis, como é o caso das mulheres, com vista a reforçar a respectiva capacidade de participação no diálogo nacional em torno da SAN e para propor alternativas em função das prioridades nacionais;
10. Necessidade de avaliação, *a priori*, por parte do Estado, do impacto e sustentabilidade da alienação e concessão de recursos públicos ou comunitários a grandes entidades, nacionais ou estrangeiras, bem como de consultas à Sociedade Civil, sob pena de violação dos direitos das comunidades às respectivas terras, destruição da biodiversidade nacional e progressiva agudização da situação alimentar e nutricional no País;
11. Necessidade de aplicação da regulamentação efectiva do Direito de acesso e uso da terra em respeito pelo princípio da soberania alimentar, incluindo os direitos da Mulher guineense;

* A distribuição das conclusões por sub-tema é da responsabilidade da Organização do Fórum e, dada a natureza recorrente de muitas delas, não corresponde, necessariamente, à ordem pela qual elas foram sendo alcançadas ou aos grupos que as trouxeram para debate.

Financiadores



Parceiros



Patrocinadores



Centre Culturel
Franco-Bissau-Guinéen



12. Potencial impulsionador de políticas de compra directa de bens alimentares nacionais para disponibilização no quadro de programas públicos, de assistência e de desenvolvimento;

III. Aspectos de Mercado

13. Necessidade de promover o empreendedorismo no meio rural, incluindo a criação de um sistema de financiamento apropriado e adaptado ao contexto guineense para o sector agro-alimentar;
14. No caso dos produtos agro-alimentares produzidos para o mercado, importância da diversificação da oferta orientada para as necessidades do mesmo e não assente nas estratégias de subsistência dos agricultores;
15. Utilidade de se reactivar o Sistema de Informação de Mercados;
16. Necessidade de forte aposta na melhoria das acessibilidades rurais como forma de redução do isolamento e de criação de melhores condições para escoamento interno de produtos agro-alimentares, frequentemente perecíveis;
17. Necessidade de reforço da capacidade de armazenamento de produtos agro-alimentares nos centros de maior consumo como forma de promover a preservação de excedentes e reduzir a vulnerabilidade às variações de preços;
18. Necessidade de revisão do quadro regulamentar e tarifário aplicável à comercialização de bens agro-alimentares com vista à eliminação de duplicações e barreiras tarifárias e a promover a transparência na sua aplicação, removendo barreiras informais que dificultam o trânsito e comercialização de produtos, e vantagem da instituição de um sistema de protecção do produtor e comerciante agro-alimentar, sensibilizando e alertando para casos de cobrança ilegal de taxas;
19. Necessidade de informar os produtores relativamente à livre circulação de bens e pessoas no espaço nacional e na sub-região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), procurando eliminar a usual discriminação de que são alvo os cidadãos guineenses nas movimentações intra-comunitárias;

IV. Educação do Consumidor

20. Necessidade de aposta em políticas e acções de educação do consumidor com vista à promoção de uma dieta alimentar melhorada e de padrões de consumo valorizadores dos produtos nacionais, tirando partido da riqueza e diversidade nutricional dos produtos agro-alimentares guineenses, contribuindo para a desmistificação de alguns tabus alimentares, e fomentando a qualidade como força motora do consumo nas classes sociais mais elevadas;
21. Responsabilidade dos diferentes actores do sector da SAN na promoção de uma dieta alimentar melhorada pela óptica, também, da oferta, promovendo a diversificação de culturas e a valorização, aproveitamento integral e prolongamento da vida útil dos produtos agro-alimentares em consonância com o princípio de soberania alimentar;
22. Manifesta insuficiência de quadros qualificados na área nutricional na Guiné-Bissau e necessidade de aposta em estratégias de formação, neste domínio, de técnicos de saúde, extensionistas, agentes de desenvolvimento e jornalistas, entre outros;

V. Informação dos Produtos

23. Necessidade de um quadro técnico, institucional e regulamentar para a análise e controlo de qualidade dos produtos agro-alimentares no mercado que proteja o consumidor e salvaguarde o Direito Humano à Alimentação Adequada;

Financiadores



Parceiros



Patrocinadores



Centre Culturel
Franco-Bissau-Guinéen



24. Responsabilidade dos produtores nacionais pelo fornecimento de informação sobre a origem do produto, informações sobre o fabricante, ingredientes e valor nutricional, formas de consumo e conservação, validade e contra-indicações;
25. Importância da promoção de um quadro institucional e regulamentar de valorização dos produtos agro-alimentares nacionais, incluindo ao nível da propriedade industrial e para a certificação de qualidade;

VI. Alimentação Materno-infantil

26. Necessidade de adopção de políticas e acções tendentes à redução da vulnerabilidade nutricional da Mulher guineense no seio da família, particularmente durante a gravidez e amamentação, com impactos directos na SAN da Criança;
27. Imperativo de estratégias de sensibilização e informação para as vantagens, para Mãe e Criança, do Aleitamento Materno exclusivo até aos 6 meses e contínuo, pelo menos, até aos 2 anos de idade;
28. Necessidade de sensibilização, informação e educação para a promoção de uma dieta e hábitos alimentares melhorados direccionados da Mãe e Criança;
29. Importância da existência de um sistema operacional de sinalização e protecção das mulheres e crianças em situações de risco nutricional, articulado com o quadro global de Monitoria e Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional;
30. Necessidade de adopção de um quadro legal e de políticas públicas promotor dos direitos da Mulher nas fases de gravidez e aleitamento;

VII. Sociedade Civil

31. Papel fundamental da Sociedade Civil na agilização da passagem dos compromissos políticos à prática, na promoção de uma visão multisectorial e integrada da segurança alimentar e nutricional, na descentralização da agenda da SAN e na alimentação de sistemas de informação e investigação científica aplicada;
32. Existência de espaços de participação e concertação ao nível da soberania e SAN a nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, compostos por espaços nacionais dos países-membros, que constituem uma oportunidade para a troca de experiências e informação, mas também para uma capacidade de influência reforçada e assente em valores e posições comuns: Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (REDSAN-CPLP), na qual a RESSAN-GB se enquadra; Fórum da Mulher Rural da CPLP; Plataforma Camponesa da CPLP;
33. Responsabilidade dos meios de comunicação social enquanto parte da própria Sociedade Civil e necessidade de reforço da respectiva capacidade para contribuir para o processo de desenvolvimento do País, em geral, e para a promoção da soberania e SAN em particular;
34. Utilidade de promover uma discussão temática específica no seio da Sociedade Civil acerca das Questões Ambientais/ Alterações Climáticas e a sua ligação à SAN, que, por se tratarem de questões transversais são frequentemente abordadas de forma superficial em documentos e discussões;
35. Compromisso da RESSAN-GB com:
 - A defesa da Agricultura Familiar Camponesa e de base agroecológica;
 - A sua abertura a todas as Organizações da Sociedade Civil guineenses legalmente constituídas e com evidência de trabalho efectivo no domínio da SAN durante, pelo menos, três anos;

Financiadores



Parceiros



Patrocinadores



Centre Culturel
Franco-Bissau-Guinéen



- A vida democrática e funcional ao nível da RESSAN-GB, baseada na participação, comunicação, restituição, concertação e militância, bem como com a criação efectiva de estruturas ao nível regional e sectorial (Grupos Temáticos).
- O enfoque no reforço da governança sob a perspectiva da Soberania Alimentar, Direito Humano à Alimentação Adequada e Educação Alimentar.
- O desenvolvimento da capacidade de influência da Sociedade Civil na definição, implementação, monitoria e avaliação de políticas públicas e programas de desenvolvimento, promovendo a visão, lógica e valores partilhados pela Rede;
- O relançamento do debate e advocacia para a actualização da Lei da Terra, tomando em consideração a protecção dos territórios produtivos e tradicionais comunitários (urbanos e rurais) imprescindíveis à reprodução social, cultural, ambiental e económica da Guiné-Bissau;
- A realização da Assembleia-Geral Constituinte da RESSAN-GB no dia 28 de Setembro, às 9:00 horas, na sede da Tiniguena em Las Palmeiras, na qual todas as organizações presentes foram convidadas a participar.

Financiadores**Parceiros****Patrocinadores**Centre Culturel
Franco-Bissau-Guinéen